



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**SIMULADO DE  
LEGISLAÇÃO LOCAL**

**PGM  
TERESINA**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM - TERESINA;
- 2 – A prova contém **30 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelo nosso professor Igor Maciel, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, o nosso professor iniciará a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**PREENCHA O GABARITO**

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Teresina-07-12>

1	11	21	
2	12	22	
3	13	23	
4	14	24	
5	15	25	
6	16	26	
7	17	27	
8	18	28	
9	19	29	
10	20	30	

## PROVA OBJETIVA

### ESTATUTO DOS SERVIDORES

**01.** De acordo com a Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa correta:

a) O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal, ao proverem os cargos em comissão, assegurarão que, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) sejam ocupados por servidores de carreira dos respectivos Poderes.

b) O acesso a qualquer cargo obedecidas às condições e requisitos fixados em lei não é um direito funcional assegurado aos servidores municipais.

c) Como regra, é permitido o exercício gratuito de cargos ou funções públicas.

d) É direito do servidor ser parcimonioso e cauteloso no uso de recursos públicos, buscando sempre o menor custo e o maior lucro social no seu emprego.

e) A servidora lactante terá direito ao tempo de 90 (noventa) minutos diários para amamentação, por um período de 06 (seis) meses, a contar do término da licença– maternidade.

**02.** Tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, correlacione a primeira com a segunda coluna:

#### Coluna I

- 1 - Cargo público;
- 2 - Função pública;
- 3 - Quadro de pessoal.

#### Coluna II

( ) o conjunto de tarefas, atividades e encargos cometidos a um servidor público em caráter permanente, nos casos de cargos públicos ou em caráter transitório nos casos de cargo em comissão e função de confiança, esta privativa de ocupante de cargo efetivo.

( ) o cargo ou emprego público caracterizado pelo conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pagamento pelo Município

( ) o conjunto de cargos efetivos e em comissão e das funções de confiança, integrantes da estrutura da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas, bem como da Câmara Municipal de Teresina;

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

a) 1,2, 3;

b) 2, 1, 3;

c) 3, 2, 1;

d) 1, 3, 2;

e) 2, 3, 1;

**03.** À luz do que determina a Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras sendo reservado aos aprovados o percentual de 3% (três por cento), ou, no mínimo, 01 (uma) vaga para provimento, do número de vagas existentes, garantida a participação nas provas mediante o apoio de recursos humanos e ambientais.

b) A investidura em cargo público ocorrerá com o exercício.

c) A reversão é uma forma de provimento de cargo público.

d) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 07/12/19

e) A nomeação para cargo inicial de carreira depende de prévia habilitação em concurso de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

**04.** Sobre a posse e o exercício, previstos na Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa correta:

a) O prazo para posse é de quinze dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze dias, a requerimento do interessado; já o prazo para o exercício é de trinta dias, improrrogável.

b) O prazo para posse é de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze dias, a requerimento do interessado; já o prazo para o exercício é de quinze dias, improrrogável.

c) O prazo para posse é de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado; já o prazo para o exercício é de quinze dias, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado;

d) O prazo para posse é de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, improrrogável já o prazo para o exercício é de quinze dias, prorrogável por mais cinco dias, a requerimento do interessado;

e) O prazo para posse é de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado; já o prazo para o exercício é de trinta dias, improrrogável.

**05.** No que tange à Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa correta:

a) A promoção interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira, a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.

b) O servidor requisitado ou cedido, que deva ter o exercício em outra localidade, terá 10 (dez) dias de prazo para entrar em exercício.

c) O exercício de cargo comissionado exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

d) A duração normal do trabalho será de 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais.

e) A depender da hipótese, a readaptação poderá acarretar redução de remuneração do servidor

**06.** Considere a seguinte situação hipotética: João, servidor público efetivo do Município de Teresina, sofreu um acidente que lhe causou limitações permanentes e irreversíveis em sua capacidade física, conforme avaliação multidisciplinar da Seção de Medicina do Trabalho. Nessa situação, João sofrerá:

a) readaptação;

b) reversão;

c) reintegração;

d) recondução;

e) aproveitamento.

**07.** A respeito dos direitos e vantagens previstas na Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos poderes, pelo Prefeito e Presidente da Câmara Municipal.

b) O servidor perderá a parcela de remuneração mensal, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos;

c) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei.

d) As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

e) O servidor em débito com o erário, que for demitido, ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60



(sessenta) dias para quitar o débito. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

**08.** À luz do que dispõe Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, considere a seguinte situação hipotética: Cora, servidora pública do Município de Teresina, afastou-se da sede de trabalho para participar de treinamento, em período superior a 30 dias. Cora terá direito a receber:

- a) diárias;
- b) indenização de transporte;
- c) gratificação por participação de curso de aperfeiçoamento;
- d) ajuda de custo;
- e) adicional por qualificação.

**09.** O art. 65 da Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, estabelece o seguinte:

"O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre \_\_\_ horas de um dia e \_\_\_ horas do dia seguinte, será remunerado com o acréscimo de \_\_\_\_\_ do valor da hora normal, considerando-se, para os efeitos deste artigo, cada hora como \_\_\_\_\_."

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) 21; 04; 25% (vinte e cinco por cento); 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;
- b) 22; 05; 25% (vinte e cinco por cento); 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;
- c) 21; 04; 20% (vinte por cento); 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;
- d) 21; 05; 20% (vinte por cento); 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;
- e) 22; 05; 20% (vinte por cento); 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos;

**10.** A respeito das gratificações previstas na Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina, assinale a alternativa incorreta:

- a) A gratificação de representação judicial é devida aos Procuradores Municipais e se destina a atender as despesas inerentes às atividades de representação judicial e extrajudicial do Município, bem como de consultoria jurídica, nos termos da lei.
- b) A gratificação de produtividade é devida aos servidores municipais que tenham atribuições fiscais e operacionais. Para efeito de cálculo da gratificação de produtividade fiscal, utilizar-se-á a Unidade de Produtividade Fiscal (UPF), correspondente a 5% (cinco por cento) da Unidade Fiscal de Teresina, reajustável sempre na mesma data da revisão geral da remuneração dos servidores municipais.
- c) A gratificação de dedicação exclusiva, nos casos previstos em lei, corresponde a 100% (cem por cento) do vencimento, sendo devida somente quando, por motivo de interesse público, o servidor tiver lotação em órgão cuja atividade justifique a adoção do regime de dedicação exclusiva.
- d) A gratificação especial de exercício é devida ao pedagogo quando no efetivo exercício de suas funções, calculada sobre o vencimento, na forma da lei, será garantida para efeito de disponibilidade e repercutirá em benefício previdenciário.
- e) O décimo terceiro salário será pago até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano. O servidor público municipal receberá o pagamento antecipado de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário, quando do gozo das férias anuais remuneradas que ocorrerem a partir do mês de fevereiro de cada ano.

**LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA-GERAL  
DO MUNICÍPIO**

**11.** A respeito da Lei Complementar nº 2.626, de 30 de dezembro de 1997, que consolida a legislação orgânica da Procuradoria-Geral do Município, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma competência da Procuradoria-Geral do Município:

- a) fiscalizar e exercer o controle interno da legalidade dos atos da administração pública direta, indireta e fundacional, propondo, quando for o caso, a anulação deles, ou, quando necessário, as ações judiciais cabíveis, centralizando a orientação e o trato de matéria jurídica no Município;
- b) promover as desapropriações amigáveis ou judiciais, bem como autorizar, quando for o caso, conjuntamente com o Prefeito, as alienações e transferências a qualquer título de bens municipais, podendo seu titular assinar, por delegação do Chefe do Executivo, os respectivos termos de escrituras;
- c) promover a pesquisa e regularização dos títulos de propriedade municipais e manter sempre atualizado o cadastro imobiliário, opinando sobre quaisquer atos que envolvam mutação patrimonial do Município;
- d) sumular pareceres normativos, oriundos do Conselho Superior de Procuradores e homologados pelo Prefeito, para publicação no Diário Oficial do Município;
- e) realizar a defesa do consumidor no âmbito municipal;

**12.** No que tange à estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município, à luz da Lei 6.262/97, assinale a alternativa correta:

- a) O Gabinete é um órgão de direção superior;
- b) A Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios Administrativos é um órgão de execução;
- c) O Centro de Estudos e Treinamento é um órgão de assessoramento;
- d) A Subprocuradoria-Geral é um órgão de direção superior;
- e) A assessoria Técnica é um órgão de atuação programática;

**13.** Assinale a alternativa correta sobre a Procuradoria-Geral:

- a) A Procuradoria-Geral do Município de Teresina tem por chefe o Procurador-Geral do Município, de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, dentre advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com, pelo menos, 03 (três) anos de prática forense.
- b) Por se tratar de órgão de direção superior, o Procurador-Geral do Município não perceberá a mesma remuneração e não gozará das prerrogativas correspondentes às de Secretário do Município, sendo sua remuneração e suas prerrogativas especiais e superiores.
- c) É atribuição do Procurador-Geral do Município desistir de ações de qualquer natureza em que o Município for autor, réu, assistente ou oponente.
- d) A Sub-procuradoria-Geral do Município de Teresina é exercida pelo Subprocurador-Geral, nomeado, em comissão, pelo Prefeito Municipal, dentre os integrantes do quadro da carreira de Procuradores do Município, com, pelo menos, 3 (três) anos de efetivo exercício.
- e) O Conselho Superior de Procuradores é o órgão deliberativo da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município, com a seguinte composição, dentre outros, o Procurador-Geral do Município; os integrantes da carreira de Procurador da administração centralizada do Município de Teresina, como membros efetivos; um advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**14.** Considerando as disposições da Lei 2.626/97, correlacione a primeira com a segunda coluna:

**Coluna I**

- (1) Competência da Procuradoria Judicial;
- (2) Competência da Procuradoria Fiscal;
- (3) Competência da Procuradoria Patrimonial;
- (4) Competência da Procuradoria Administrativa;
- (5) Competência da Consultoria Jurídica;
- (6) Competência da Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios Administrativos;

**Coluna II**

- ( ) promover e acompanhar os processos de desapropriação, de interesse do Município, por via judicial;

Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 07/12/19

( ) examinar os processos relativos a aposentadoria e retificação de aposentadoria de servidores municipais, com vistas a assegurar a legalidade da concessão desse direito;

( ) manifestar-se sobre o cancelamento de inscrição na Dívida Ativa do Município, quando indevidamente promovida, efetuando as necessárias comunicações;

( ) acompanhar os processos de desapropriação de interesse do Município, por via administrativa;

( ) minutar contratos, escrituras, convênios e consórcios de interesse do Município, representando-o, quando houver designação nesse sentido, no ato da respectiva assinatura;

( ) elaborar e examinar minutas de atos normativos, respeitada a competência das Procuradorias especializadas;

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

a) 3, 1, 2, 5, 6, 4;

b) 2, 1, 3, 6, 5, 4;

c) 1, 4, 2, 3, 6, 5;

d) 4, 3, 1, 2, 6, 5;

e) 5, 6, 4, 1, 3, 2.

**15.** A respeito dos órgãos de execução previstos na Lei nº 2.626/97, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Dentre outras atribuições, compete ao Centro de Estudos e Treinamento encarregar-se da preparação e publicação de periódicos e informativos da Procuradoria-Geral do Município, destinados a divulgar pareceres e outros trabalhos jurídicos;

b) Dentre outras atribuições, compete ao Núcleo Financeiro acompanhar a arrecadação dos honorários advocatícios, providenciado o pagamento regular dos mesmos, de acordo com a legislação pertinente;

c) Dentre outras atribuições, compete à Divisão de Administração Interna assegurar o repasse de informações para os setores competentes da Prefeitura, objetivando a viabilização dos registros ou lançamentos correspondentes;

d) Dentre outras atribuições, compete à Divisão de Administração Interna controlar, nos termos da legislação pertinente, a frequência dos servidores e velar pelo respeito à disciplina;

e) Compete à Divisão de Informática as tarefas de digitação e impressão de pareceres, expedientes e relatórios dos diversos órgãos da Procuradoria-Geral do Município, além de outras que forem determinadas pelo Procurador-Geral.

**16.** A respeito das disposições trazidas pela Lei 2.626/97, assinale a alternativa correta:

a) Fora do seu território, o Município de Teresina será representado, na esfera judicial, pelo Procurador-Geral, por Procurador do Município que aquele designar, ou, ainda, por advogado contratado para o caso específico, mediante prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal.

b) A representação não poderá ser exercida pelas Procuradorias Gerais ou órgãos equivalentes dos respectivos Municípios, dos Estados da Federação ou do Distrito Federal.

c) A contratação de Escritório de Advocacia para representação judicial do Município poderá ser procedida em qualquer hipótese, mediante inexigibilidade de licitação.

d) Os pareceres da Procuradoria-Geral, oriundos de qualquer dos seus órgãos, após despacho do Procurador-Geral, são vinculantes desde a sua publicação.

e) O reexame de qualquer parecer pela Procuradoria-Geral dependerá de expressa determinação do Procurador-Geral do Município, à vista de requerimento fundamentado.

**17.** À luz da Lei 2.626/97, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma competência da Procuradoria Administrativa:

a) acompanhar, junto ao Tribunal de Contas do Estado, os processos de interesse do Município;

b) funcionar, em caráter subsidiário, nas ações ou feitos em que haja interesse administrativo do Município;

c) examinar os processos relativos a aposentadoria e retificação de aposentadoria de servidores municipais, com vistas a assegurar a legalidade da concessão desse direito;

d) acompanhar os processos de desapropriação de interesse do Município, por via administrativa;

e) examinar e emitir parecer em processos que versem sobre matéria administrativa, de interesse do Município;

**18.** No que tange às disposições trazidas pela Lei 2.626/97, assinale a alternativa NÃO possui uma competência da Procuradoria Judicial:

- a) representar o Município em juízo, nas questões de seu interesse, bem como na propositura e defesa de ações judiciais de qualquer natureza, excetuando-se as de caráter fiscal;
- b) preparar informações e acompanhar processos de mandados de segurança impetrados contra o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da administração centralizada, ressalvadas as hipóteses de competência da Procuradoria Fiscal;
- c) acompanhar os processos judiciais de usucapião, para os quais o Município seja citado;
- d) promover e acompanhar os processos de desapropriação, de interesse do Município, por via judicial;
- e) executar outras atividades correlatas.

**19.** De acordo com a Lei 2.626/97, a competência de "Elaborar minutas de leis, decretos e demais atos normativos que envolvam matéria financeira ou tributária;" pertence a qual Procuradoria?

- a) Judicial;
- b) Fiscal;
- c) Administrativa;
- d) Patrimonial;
- e) Consultoria Jurídica.

**20.** Considerando o disposto na Lei 2.626/97, assinale a alternativa que possui uma competência comum a todos os chefes de órgãos de atuação programática:

- a) baixar portaria sobre serviços internos;
- b) orientar, fiscalizar e distribuir os serviços da Procuradoria;
- c) manifestar-se sobre matéria que envolva meio ambiente, patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, de interesse do Município;
- d) atribuir encargos especiais a Procuradores lotados na Consultoria, compatíveis com suas funções;
- e) promover o aperfeiçoamento intelectual do pessoal lotado na Procuradoria-Geral do Município;

**21.** Considerando o disposto na Lei 2.626/97, julgue os itens a seguir:

- ( ) Compete à Divisão de Administração Interna fornecer certidões, mediante autorização do Procurador-Geral;
- ( ) Integra o Núcleo Financeiro da Procuradoria-Geral do Município a Divisão de Ordem de Empenho e Pagamento.
- ( ) Compete à Procuradoria de Licitações, Contratos e Convênios Administrativos manter o arquivo de processos de compras da Procuradoria-Geral;
- ( ) A Biblioteca, com estrutura orgânica de Divisão, é o órgão responsável pela guarda e conservação do acervo bibliográfico e documental da Procuradoria-Geral do Município.

Assinale a alternativa que possui a sequência correta:

- a) V, V, F, V;
- b) F, V, F, V;
- c) V, V, F, F;
- d) F, F, V, V;
- e) V, F, V, F.

#### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

**22.** Segundo a lei Orgânica do Município de Teresina, a soberania popular será exercida, nos termos da lei, mediante:

- a) sufrágio universal para a escolha dos representantes políticos; iniciativa popular no processo legislativo; participação popular nas decisões do Município; ação fiscalizadora da administração pública.
- b) plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- c) sufrágio universal para a escolha dos representantes políticos; iniciativa popular no processo legislativo;
- d) sufrágio universal para a escolha dos representantes políticos, referendo, plebiscito;
- e) plebiscito e referendo.



Simulado de Legislação Local – PGM – Teresina – 07/12/19

**23.** Considerando o disposto na lei Orgânica do Município de Teresina, São objetivos fundamentais do Município, EXCETO:

- a) garantir a moralidade e a transparência dos atos administrativos
- b) o estímulo ao espírito comunitário e ao exercício da cidadania;
- c) a promoção do bem de todos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação;
- d) o desenvolvimento integral, potencializando seus recursos humanos e naturais;
- e) a constituição de uma sociedade livre e justa;

**24.** A respeito dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Lei orgânica do Município de Teresina, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ninguém será discriminado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, deficiência física ou mental, idade, estado civil, orientação sexual, convicção religiosa, política ou filosófica, trabalho rural ou urbano, condição social, ou por ter cumprido pena.
- b) Os direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Estadual não demandam qualquer ação do Município.
- c) Ninguém será prejudicado ou, de qualquer forma, discriminado pelo fato de litigar com órgão municipal, no âmbito administrativo ou judicial.
- d) O Município atuará, em cooperação com a União e o Estado, visando coibir a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez como condição para admissão ou permanência no trabalho.
- e) A obtenção de certidões em repartições públicas municipais para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal independe do pagamento de taxas.

**25.** Dentre as competências privativas do Município estabelecidas pela Lei Orgânica, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma delas:

- a) fixar as datas de feriados municipais;
- b) prover o adequado ordenamento territorial de sua zona urbana e núcleos habitacionais rurais,

mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo;

- c) fiscalizar, nos locais de venda, o peso, as medidas e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- d) dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens, assim como aquisição de novos bens e aceitação de legados e doação;
- e) organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, o serviço de transporte coletivo urbano e intermunicipal.

**26.** "A Câmara Municipal de Teresina é composta de \_\_\_\_\_ Vereadores, obedecido ao repasse constitucional, número que poderá ser alterado com observância ao critério da proporcionalidade em relação à população deste Município, nos termos do artigo 29, inciso IV, alínea "k", da Constituição Federal de 1988." Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) 25
- b) 27
- c) 29
- d) 31
- e) 33

**27.** Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma atribuição da Câmara Municipal:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que concerne ao incentivo à indústria e ao comércio;
- b) legislar sobre concessão de direito real de uso dos bens municipais;
- c) legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual, notadamente no que concerne ao registro, ao acompanhamento e fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- e) transferir, temporária ou definitivamente, a sede da Prefeitura;

**28.** Sobre o processo legislativo estabelecido no Município de Teresina, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada, mediante proposta da população, através da subscrição de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.
- b) A proposta de emenda e de reforma à Lei Orgânica do Município será votada em 02 (dois) turnos, com interstício de 10 (dez) dias, e aprovada por 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara Municipal.
- c) A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência do Estado de Sítio, Estado de Defesa ou de Intervenção no Município.
- d) Dentre as leis que a Lei Orgânica estabeleceu que devam ser complementares, não conta a Lei de Organização Administrativa, a qual pode ser veiculada por meio de lei ordinária.
- e) A Lei Orgânica prevê a possibilidade de que o Preito edite medida provisória com força de lei.

**29.** Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma competência privativa do Prefeito:

- a) sancionar, vetar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- b) determinar como se dará o funcionamento da Câmara Municipal
- c) decretar desapropriação de bens, quando comprovada a utilidade pública, a necessidade e interesse social, nos termos da lei;
- d) superintender a arrecadação dos tributos, tarifas e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara Municipal;
- e) determinar que sejam expedidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, certidões solicitadas à Prefeitura por qualquer interessado;

**30.** A respeito dos atos municipais, assinale a alternativa correta:

- a) A publicação, pela imprensa, de atos não normativos não poderá ser resumida.
- b) Em casos emergenciais, os atos poderão produzir efeitos antes de sua publicação.
- c) A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.
- d) A permissão para a exploração de serviços públicos e uso de bens municipais é feita por meio de portaria;
- e) A abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades é feita mediante decreto;